

TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ANAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA ODONTOLÓGICA (SBPqO)

Work developed in the area of patients with special needs:
a bibliometric analysis of the annals of the
Brazilian Dental Research Society (SBPqO)

 Gabriela Mancia de Gutierrez^a

 Carlos Felipe Bonacina^b

 Vanessa Lira Siqueira^c

 Ana Cristina Fernandes Maria Ferreira^c

 Maria Teresa Botti Rodrigues Santos^c

^a Sorocaba University, School of Dentistry, Sorocaba, SP, Brazil.

^b Guarulhos University, School of Dentistry, Guarulhos, SP, Brazil.

^c Cruzeiro do Sul University. School of Dentistry, São Paulo, SP, Brazil.

Autor de correspondência: Carlos Felipe Bonacina - E-mail: felipebonacina@msn.com

Data de envio: 25/04/2023 **Data de aceite:** 22/08/2023



RESUMO

Objetivo: Realizar uma análise bibliométrica dos trabalhos apresentados nas Reuniões da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica (SBPqO) sobre a temática de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE).

Materiais e Métodos: Os anais publicados no período de 2013 a 2022 foram acessados e para a coleta de dados foram usados os seguintes termos de busca “com deficiência”, “necessidades especiais”, “síndrome”, “paciente especial”, “pacientes especiais” e “portadores de deficiência” em todos os anais. Os dados foram submetidos à análise descritiva, sendo exposta a frequência absoluta e relativa das variáveis analisadas. **Resultados:** Foram encontrados 558 resumos, excluídos 230 por não se enquadrarem na temática de OPNE, finalizando com 328 resumos. A maioria dos trabalhos foi do tipo observacional (n=287; 87,5%), 2019 foi o ano com maior número de publicações (n=51; 15,5%). O Sudeste foi a região com maior número de resumos publicados (n=204; 62,2%) seguido do Nordeste (n=54; 16,5%), as instituições públicas tiveram uma participação expressiva com mais de dois terços (n=236; 72%). **Discussão:** O número de trabalhos na área de OPNE vinha crescendo com o passar dos anos, houve uma queda da produção na pandemia, mas esse número está voltando a crescer. **Conclusão:** Apesar de todas as políticas públicas de inclusão do atendimento às pessoas com deficiência no atendimento odontológico e de vinte anos após a especialidade se tornar oficial no Brasil, ainda não temos essa categoria como área na SBPqO que se faz tão necessária para o desenvolvimento de conhecimento científico na área.

Palavras-chave: Bibliometria. Pessoas com deficiência. Pesquisa em Odontologia. Resumo de reunião.

ABSTRACT

Aim: To carry out a bibliometric analysis of the papers presented at the Meetings of the Brazilian Society for Dental Research (SBPqO) about Dentistry for Patients with Special Needs (DPSN). **Materials and Methods:** The annals published from 2013 to 2022 were accessed and the following search terms were used for data collection: “disabled”, “special needs”, “syndrome”, “special patient”, “special patients” and “people with disabilities” in all annals. The data were submitted to descriptive analysis, with the absolute and relative frequency of the analyzed variables being exposed. **Results:** 558 abstracts were found, 230 were excluded because they did not fit the DPSN theme, ending with 328 abstracts. Most studies were observational (n=287; 87.5%), 2019 was the year with the highest number of publications (n=51; 15.5%). The Southeast was the region with the highest number of published abstracts (n=204; 62.2%) followed by the Northeast (n=54; 16.5%), public institutions had a significant participation with more than two thirds (n= 236; 72%). **Discussion:** The number of jobs in the DPSN area had been growing over the years, there was a drop in production during the pandemic, but this number is growing again. **Conclusion:** Despite all the public policies to include care for disabled people in dental care and twenty years after the specialty became official in Brazil, we still do not have this category as an area in the SBPqO that is so necessary for the development of scientific knowledge in the area.

Keywords: Bibliometrics. Disabled persons. Dental research. Meeting abstract.

INTRODUÇÃO

Quase todas as pessoas têm ou terão uma deficiência, temporária ou permanente, ao longo de suas vidas, já que a deficiência faz parte da condição humana. Alguns fatores podem contribuir para isso, como o envelhecimento, o aumento da população idosa, a sobrevivência dos bebês prematuros e de baixo peso, graças à melhoria da tecnologia nos hospitais e às medicações de última geração, entre outras questões¹. No Brasil, em 2002, a OPNE tornou-se especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia².

Apesar de vinte anos da especialidade, a OPNE ainda não é um componente curricular obrigatório na grade curricular das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, já que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), lançadas em 2002, deixam as IES incluir ou não na matriz curricular, dos cursos de Odontologia, conteúdos relacionados a OPNE³. Apenas em 2021, as novas DCN inseriram, nas ciências odontológicas, o conteúdo teórico e prático para compreensão e domínio do atendimento clínico odontológico ambulatorial do indivíduo com necessidades especiais, além de incluir a competência de humanização do cuidado à saúde das pessoas com deficiência (PcD), estimulando sua autonomia e o autocuidado⁴.

Estudo utilizando dados do Ministério da Educação (ME), do portal e-MEC (<http://emec.mec.gov.br>), em 2013, mostrou que eram cadastradas 221 IES em Odontologia no Brasil, sendo que apenas 56 (27,8%) ofertavam uma disciplina relativa à OPNE⁵. Andrade et al. (2022)⁶ também utilizando dados do ME analisaram apenas os cursos de odontologia da região Nordeste do país, observando que dos 131 cursos, 62 (47,3%) oferecem o componente curricular sobre OPNE. Já na região Sudeste mais da metade das faculdades de odontologia (62,5%) possuem a disciplina de OPNE na grade curricular⁷.

Segundo as tendências globais houve um aumento de 51,8% dos anos vividos pelas PcD entre 1990 e 2017⁸. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) identificou 8,4% da população ou seja 17,2 milhões de pessoas com deficiência. Sendo que a deficiência se concentra em pessoas mais idosas, 24,8% tinham alguma deficiência com 60 anos ou mais de idade⁹. Com o envelhecimento da população, no Brasil e no mundo, vem sendo necessário o aumento de pesquisas e conhecimento sobre a temática de OPNE, com objetivo da prevenção de doenças e diminuindo as desigualdades no acesso à saúde dessa população¹⁰.

A reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica (SBPqO), que ocorre anualmente, é um encontro de referência do Brasil para discutir pesquisa nas diversas áreas da odontologia¹¹. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo investigar a produção científica na área de pacientes com necessidades especiais, traçando o perfil dos trabalhos apresentados nas reuniões da SBPqO da última década.

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenho do estudo

Realizou-se um estudo bibliométrico, descritivo e com base em dados secundários, a partir da análise dos resumos publicados nos anais das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica (SBPqO) da última década.

Crerios de elegibilidade

Foram incluídos resumos com a temática de OPNE, publicados nos anais da SBPqO entre 2013 e 2022, em quaisquer modalidades de apresentação.

Busca e seleção dos resumos

Os anais da SBPqO foram acessados do website da sociedade (<https://www.sbpqo.org.br/resumos/index.asp>)¹¹. Em seguida, dois pesquisadores independentes e previamente treinados, utilizaram uma estratégia para localização dos resumos usando os seguintes termos: “com deficiência”, “necessidades especiais”, “síndrome”, “paciente especial”, “pacientes especiais”, “portadores de deficiências”.

Resumos que trouxessem esses termos em contexto diferentes não relacionados a OPNE foram excluídos. Em caso de divergência entre os pesquisadores, um terceiro avaliador era consultado para um consenso.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por dois pesquisadores previamente treinados, no período de agosto a novembro de 2022. Uma planilha eletrônica foi elaborada e as seguintes informações foram extraídas dos estudos incluídos: ano, região do país, unidade federativa, tipo de instituição de ensino (pública ou privada) e desenho de

estudo. Estes foram classificados como observacional (transversal, longitudinal, coorte, incidência, prevalência, caso controle, relato de caso/série de casos), experimental, revisão de literatura/integrativa, revisões sistemáticas com ou sem metanálise, análise bibliométrica, projetos de pesquisa/extensão.

RESULTADOS

Os dados foram submetidos à análise descritiva, sendo exposta a frequência absoluta e relativa das variáveis analisadas. Um total de 29.180 resumos foram publicados entre os anos 2013 a 2022 (Figura 1). Após a busca foram encontrados 558 resumos, excluídos 230 por não se enquadrarem na temática de OPNE, finalizando com 328 resumos, correspondendo apenas a 1,1% dos trabalhos apresentados nos últimos dez anos. Observou-se um aumento no número de trabalhos de 2013 a 2019 e após o início da pandemia de COVID-19 houve uma queda na quantidade dos trabalhos, mas esse número vem aumentando novamente com o passar dos anos (Figura 2).

Figura 1. Distribuição absoluta dos resumos publicados no período de 2013 a 2022

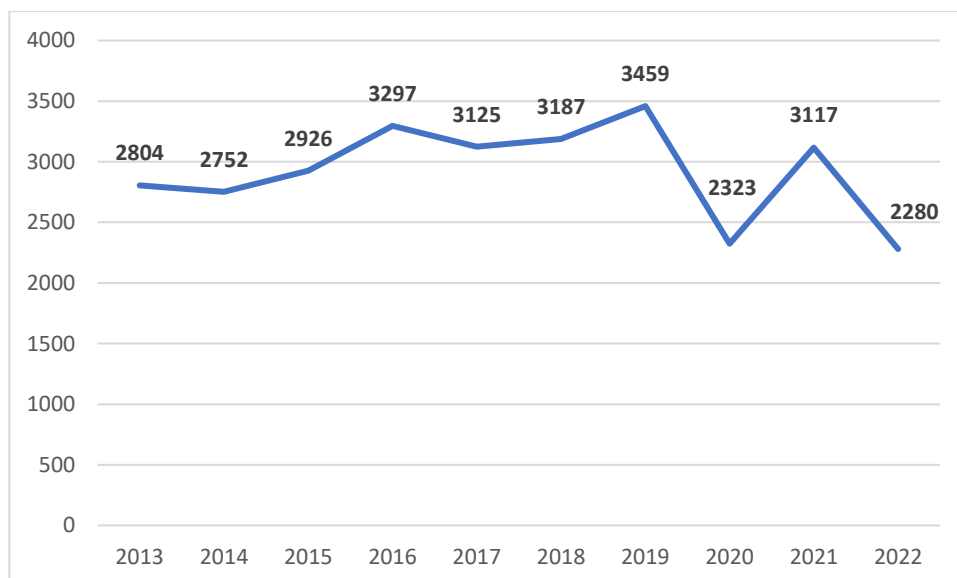
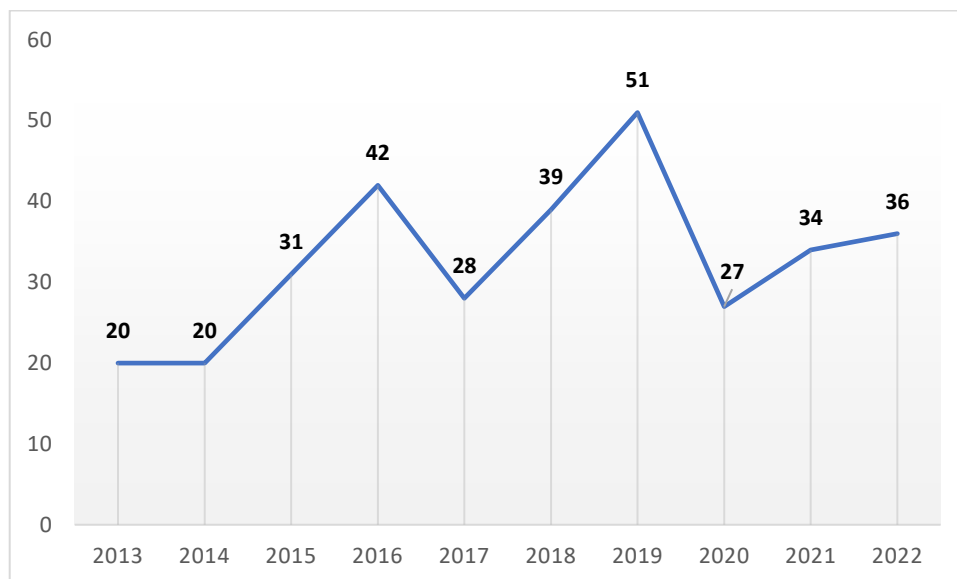


Figura 2. Distribuição absoluta dos trabalhos, sobre OPNE, incluídos no período de 2013 a 2022



A região do Brasil com maior número de trabalhos foi a região Sudeste com 204 (62,2%), seguidos do Nordeste e Sul que apresentaram quase o mesmo número de trabalhos, 54 (16,5%) e 53 (16,2%), respectivamente (Figura 3). Considerando as unidades federativas, o estado de São Paulo destaca-se com 97 (29,6%) trabalhos, seguido do Rio de Janeiro 56 (17,1%) e Minas Gerais 45 (13,7%) (Figura 4). Destacando que os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Tocantins não tiveram nenhum trabalho incluído após a busca da temática de OPNE.

Figura 3. Distribuição dos trabalhos incluídos de acordo com as regiões do Brasil

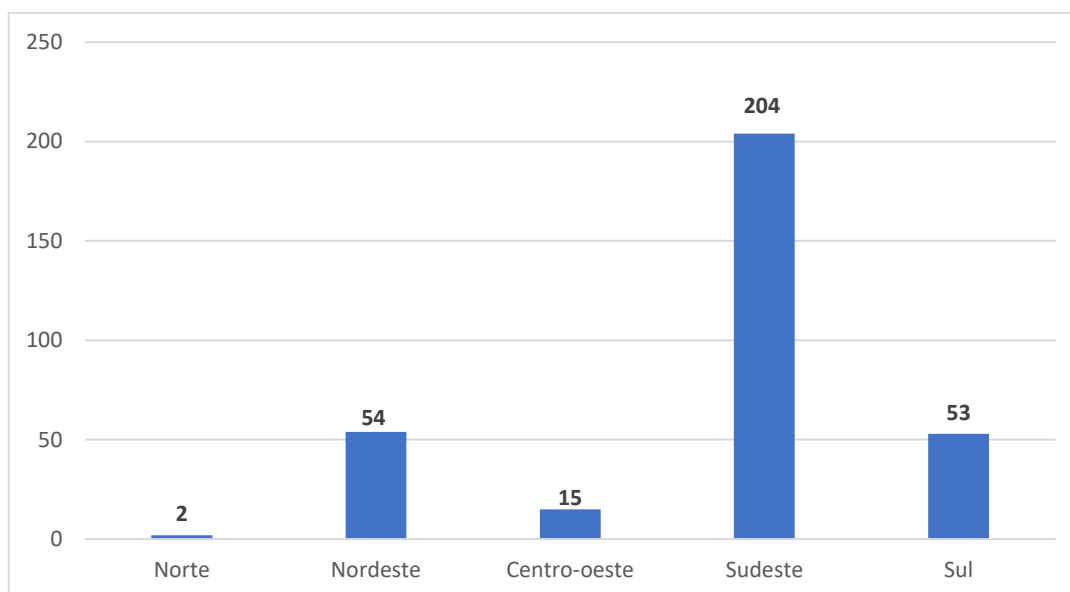
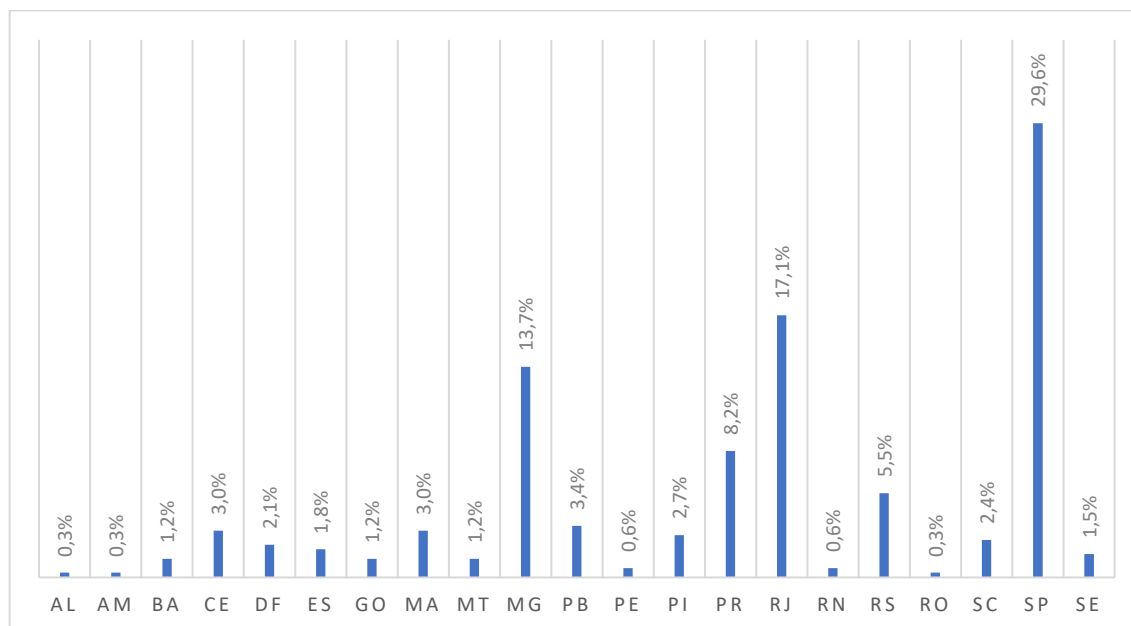


Figura 4. Distribuição dos trabalhos incluídos segundo as unidades federativas do Brasil



Quanto ao desenho do estudo a maioria dos trabalhos foi do tipo observacional 287 (87,5%), seguido dos experimentais 13 (4,0%) (Figura 5). Dos estudos observacionais a grande maioria foi do tipo transversal 200 (69,7%). Em relação à instituição de origem dos trabalhos, mais de dois terços dos estudos incluídos (72%) foram apresentados por autores de universidades públicas (Figura 6). Quando analisado o tipo de instituição por região do Brasil, o Nordeste foi a região com mais representatividade de instituições públicas (85,2%), seguido do Sudeste (72,5%) e Centro-Oeste (66,7%) (Figura 7). O estado de São Paulo se destacou com o maior número de trabalhos apresentados na área de OPNE, apresentando um panorama inverso da amostra total, sendo que 53% dos trabalhos de São Paulo foram de instituições privadas (Figura 8).

Figura 5. Distribuição dos trabalhos incluídos segundo o desenho do estudo

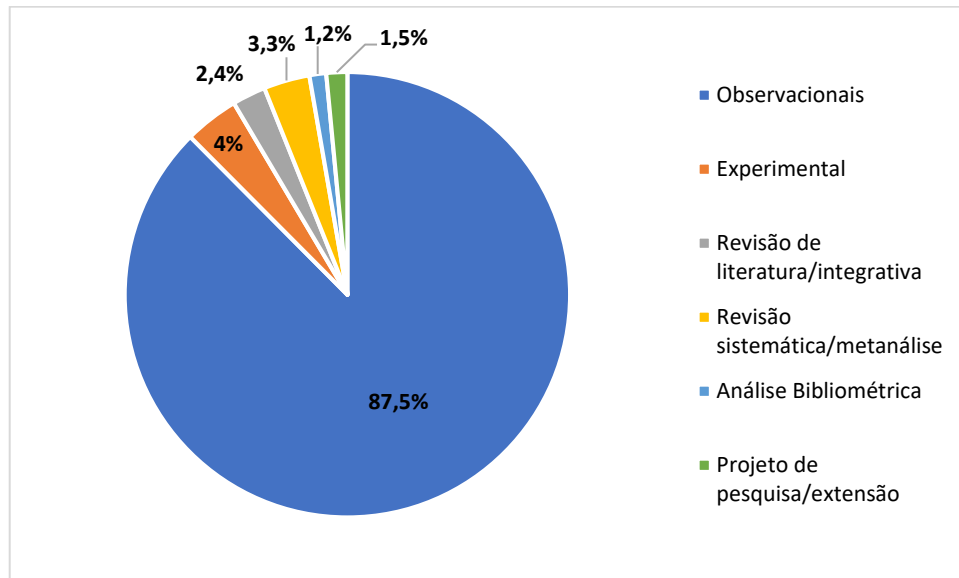


Figura 6. Distribuição dos trabalhos incluídos de acordo com a instituição de origem

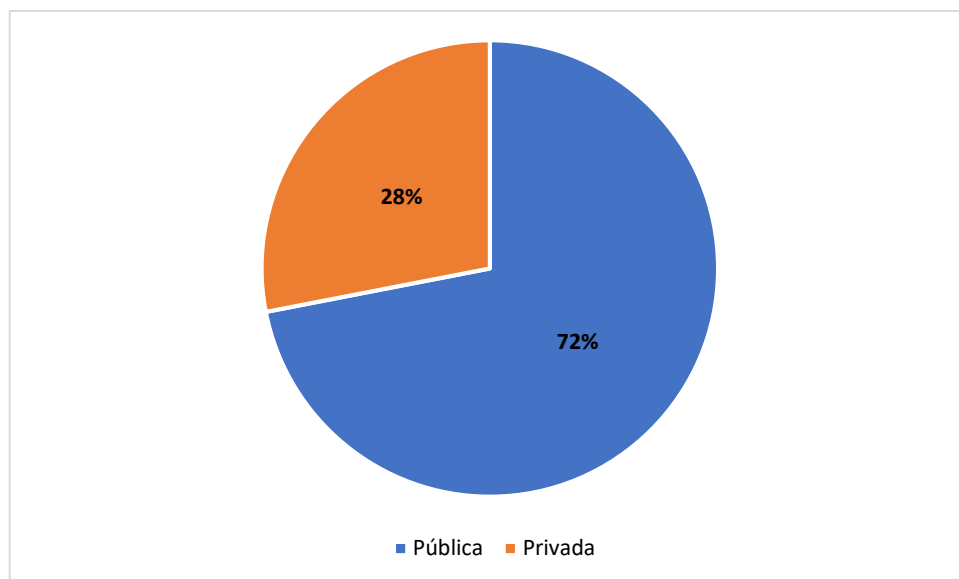


Figura 7. Distribuição dos trabalhos incluídos de acordo com a instituição de origem e as regiões do Brasil

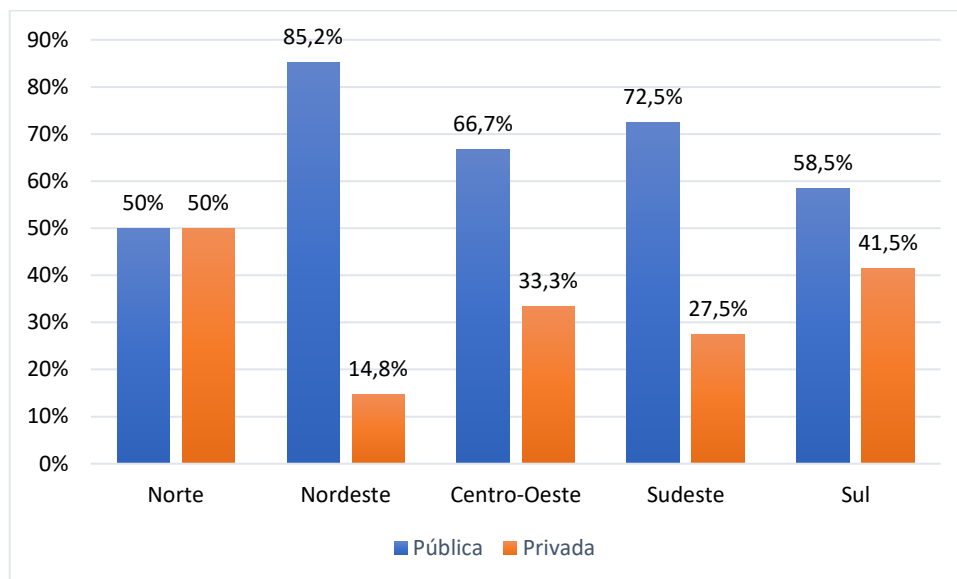
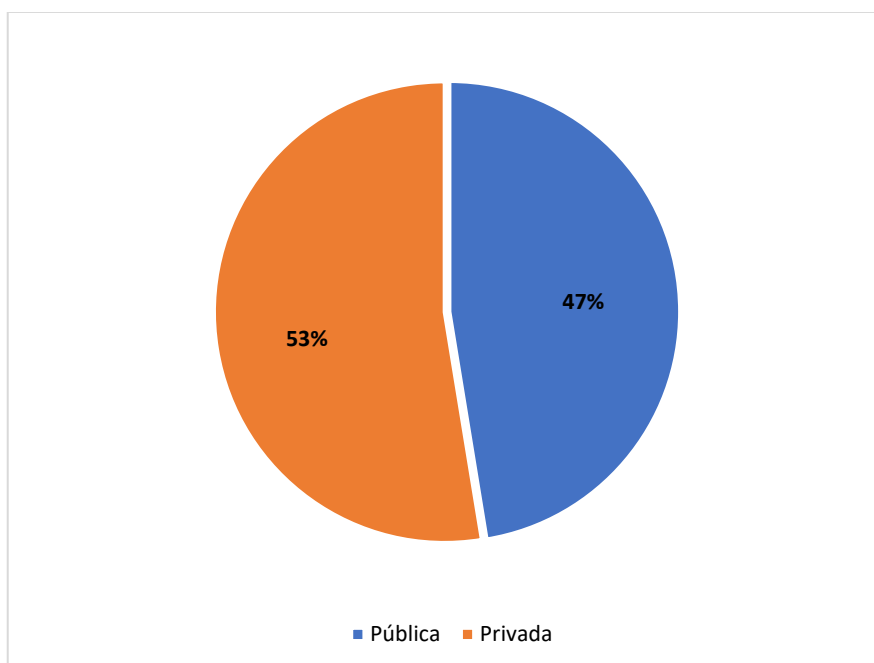


Figura 8. Distribuição dos trabalhos incluídos de acordo com a instituição de origem do estado de São Paulo



DISCUSSÃO

Anualmente ocorre a reunião da SBPqO, sendo este o maior evento para a comunidade científica brasileira da odontologia, onde são apresentadas as pesquisas nas diferentes áreas odontológicas. Em 2022, na sua 39ª Reunião o evento trouxe 10 áreas de excelências, sendo essas: 1. Biologia craniofacial, Cirurgia bucomaxilofacial,

Anatomia; 2. Biologia pulpar, Terapia endodôntica; 3. Cariologia / Tecido Mineralizado, Controle de infecção / Microbiologia / Imunologia, Fisiologia / Bioquímica / Farmacologia; 4. Odontopediatria, Ortodontia, Ortopedia; 5. Materiais Dentários, Dentística; 6. Oclusão / ATM, Prótese; 7. Estomatologia, Imaginologia, Patologia Oral; 8. Periodontia; 9. Ciências do comportamento / Saúde Coletiva, Odontogeriatrics e 10. Implantodontia básica e biomateriais, Implantodontia - clínica cirúrgica, Implantodontia – clínica protética¹¹.

Desde o reconhecimento da especialidade da OPNE pelo CFO em 2002², vinte anos se passaram e ainda não temos essa área como temática no maior evento de pesquisa odontológica do Brasil. Durante o processo de submissão dos trabalhos a SBPqO muitos pesquisadores acabam tendo que enquadrar seus estudos em outras áreas afins como Odontopediatria, Saúde Coletiva e Ciências do comportamento, por exemplo. Uma análise bibliométrica com os 100 artigos mais citados sobre odontologia para indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento observou que o Brasil é o terceiro país com o maior número de artigos mais citados, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Suécia¹⁰. Por todos esses motivos já se faz necessária a inclusão da área de OPNE no evento.

A reunião da SBPqO ocorre no estado de São Paulo (SP), este estado se destacou com o maior número de trabalhos apresentados ao longo de uma década. A maioria dos trabalhos de SP foram desenvolvidos em instituições privadas, padrão oposto apresentado da amostra total, na qual a grande maioria foi de instituição pública. Atualmente, segundo os dados do Ministério da Educação, no estado de SP existem 84 instituições ativas, com cursos de graduação em Odontologia iniciados, sendo 11 públicas e 73 particulares, uma proporção de 1:6,6¹². No Sudeste 62,5% das IES possuem a disciplina de OPNE e as instituições privadas ofertam 2,49 vezes mais disciplinas obrigatórias do que as do setor público⁸. A grande quantidade de instituições particulares no estado de SP e a maior oferta de disciplinas sobre OPNE sejam os motivos por estas se destacarem nas apresentações dos trabalhos na SBPqO. Lembrando que o evento sempre é sediado no estado de São Paulo e os pesquisadores mais próximos da região acabam tendo maior possibilidade de participação pela facilidade de estar mais perto do evento, evitando grandes deslocamentos.

Por termos um país de dimensões continentais as realidades de cada região do Brasil são muito distintas. Observa-se que no Nordeste menos da metade (47,3%) das IES ofertam a temática de OPNE no componente curricular, 40,5% de caráter obrigatório, sendo oferecido por 45,0% instituições públicas e 47,7% instituições privadas⁷. O Nordeste foi a segunda região com mais trabalhos apresentados na temática, sendo que 85,2% dos trabalhos apresentados foram de instituições públicas. Talvez pela distância regional do local de realização do evento, pesquisadores de instituições públicas devam receber mais ajuda financeira para custear a participação nesse tipo de evento, onde são divulgados os trabalhos de pesquisa, universidades e pesquisadores.

É possível ver a mudança de sentimentos e pensamentos de alunos, ainda na graduação que participam ao menos de projetos de extensão sobre OPNE, sentimentos de medo, insegurança e pena durante o atendimento a pessoa com deficiência, são substituídos por vontade de entender, adaptar-se aos atendimentos, busca de mais conhecimentos sobre esses pacientes, que futuramente vão impactar na vida profissional desses acadêmicos^{13,14}. Por isso o contato com pessoas com deficiência ainda na graduação é tão importante para que estes pacientes sejam mais incluídos nos serviços odontológicos a nível de sistema público de saúde e particular.

Frente ao cenário científico temos um reduzido número de pesquisas que abordem a temática sobre OPNE, sendo que apenas algumas revistas de odontologia têm uma seção especial para a temática de problemas odontológicos relacionados a pacientes com deficiência¹⁵. A única revista odontológica exclusivamente voltada para a área de OPNE é a *Special Care in Dentistry*. Na SBPqO a maioria (84%) dos trabalhos foram do tipo observacional, sendo estes a grande maioria do tipo transversal, realizando pesquisas através de análise de prontuários, dados em sistemas de dados e aplicação de questionários que envolvam cuidadores. Krammer et al. (2021)¹⁰, após uma análise bibliométrica observaram que a maioria dos artigos mais citados sobre odontologia para pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento tiveram um desenho de estudo observacional, sendo apenas uma minoria intervencionista.

A maioria dos desenhos de estudo na área de OPNE são observacionais, provavelmente, devido à dificuldade em realizar estudos clínicos com intervenção nessa população. Além disso para uma pesquisa de excelência é necessário realizar

grupos pareados, controlados e aleatorizados, um grande problema na área de OPNE, já que a pessoa com deficiência compreende diversos indivíduos com distúrbios comportamentais, déficits cognitivos, de desenvolvimento, emocional, mental ou física, ou seja, qualquer condição limitante que exija tratamento médico¹⁶. Sendo assim tornando difícil estudos intervencionistas, mas faz-se necessário gerar evidências científicas na área.

Introduzir a discussão da temática de OPNE em um grande evento da odontologia brasileira será de grande relevância para o crescimento das pesquisas na área, assim como melhorar o diagnóstico e prevenção de doenças bucais para as pessoas com deficiência, diminuindo o custo e tempo de tratamento odontológico.

CONCLUSÃO

O número de trabalhos na área de OPNE vinha crescendo com o passar dos anos, houve uma queda da produção na pandemia, mas esse número está voltando a crescer. Apesar de todas as políticas públicas de inclusão do atendimento às pessoas com deficiência no atendimento odontológicos e de vinte anos após a especialidade se tornar oficial no Brasil, ainda não temos essa categoria como área na SBPqO que se faz tão necessária para o desenvolvimento de conhecimento científico na área.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. [Acesso em: 16 ago. 2023]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atencao_saude_bucal_pessoa_deficiencia.pdf.
2. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO-25/2002. Estabelece as áreas de competência para atuação dos especialistas em disfunção temporomandibular e dor orofacial; odontogeriatría; odontologia do trabalho; odontologia para pacientes com necessidades especiais e em ortopedia funcional dos maxilares e dá outras providências. [Acesso em: 18 nov. 2022]. Disponível em: <https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLUÇÃO/SEC/2002/25>.

3. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília, DF. 2002. [Acesso em: 18 ago. 2021]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia e dá outras providências. Brasília, DF. 2021. [Acesso em: 18 ago. 2021]. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file.
5. Bonato LL, Lopes AMS, Silva CM, Itner RG, Silva ACH. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. *ClipeOdonto*. 2013;5(1):10-5.
6. Andrade RVS, Dos Santos SQM, Roncalli AG, Galvão MH. Odontologia para pacientes com necessidades especiais: uma análise das estruturas curriculares dos cursos de Odontologia da região Nordeste. *Revista da ABENO*. 2022;22(2):1533.
7. Lopes DF, Medeiros YL, Faria LV, Soares MRPS. Odontologia para pacientes com necessidades especiais: como é a oferta dessa disciplina nas faculdades de Odontologia do sudeste brasileiro? *Arq Odontol*. 2021;57: e16.
8. GBD 2017 Disease and injury incidence and prevalence collaborators. global, regional, and national incidence, prevalence, and years lived with disability for 354 diseases and injuries for 195 countries and territories, 1990-2017: a systematic analysis for the global burden of disease study 2017. *Lancet*. 2018 Nov 10;392(10159):1789-858. Erratum in: *Lancet*. 2019 Jun 22;393(10190):e44.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil. 2022. [Acesso em: 12 nov. 2022]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf.
10. Kammer PV, Moro JS, Martins-Júnior PA, Cardoso M, Bolan M, Santana CM. The 100 most-cited papers in dentistry for individuals with neurodevelopmental disorders: bibliometric profile of scientific research. *Spec Care Dentist*. 2022 Jul;42(4):369-75.
11. Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica Divisão Brasileira da IADR. [Acesso em: 03 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.sbpqo.org.br/index.asp>.
12. e-MEC. Cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior. Cadastro e-MEC. [Acesso em: 20 nov. 2022]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.
13. Ferreira SH, Suita RA, Rodrigues PH, Kramer PF. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. *Revista da ABENO*. 2017;17(1):87-96.
14. Porto VA, Gellen PVB, Dos Santos MA, Benigno MBS, Borges TS. Percepção do acadêmico frente ao atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. *Revista da ABENO*. 2022;22(2):1027.
15. Bhalla VK, Chockattu SJ. Publication trends in journal of clinical and experimental dentistry. *J Clin Exp Dent*. 2020;12(9):e857-63.
16. American Academy of Pediatric Dentistry. Management of dental patients with special health care needs. The reference manual of pediatric dentistry. Chicago, Ill.: American Academy of Pediatric Dentistry; 2021:287-94.